

Consciência ambiental: uma investigação entre alunos universitários na Região Metropolitana de Belém do Pará

*Eric Carminati*¹, *Larissa Marques Correia*², *Patricia Espirito Santo Moraes*³ *Glenda Maria Braga Abud*⁴ *Orientador Carlos André Corrêa de Mattos*⁵

¹²³ Unama – Universidade da Amazônia, Bacharelado em Administração, Rod. Br-316, s/n, Ananindeua – Pa – CEP 67.113-190, e-mails: ericcarminati@hotmail.com¹; marques_larissa@hotmail.com²; patricia_quimaraes@hotmail.com³

³ Unama – Universidade da Amazônia, MBA em Gestão Empresarial, Rod. Br-316, s/n, Ananindeua – Pa – CEP 67.113-190, e-mail glendaabud@oi.com.br

⁴ UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Av. Tancredo Neves, 2505 - Belém – Pa - Cep: 66.077-530, e-mail: carlosacmattos@hotmail.com

Resumo- O objetivo geral da pesquisa foi compreender a opinião dos estudantes universitários da Região Metropolitana de Belém do Pará (RMB), com relação às questões de ordem ambiental. Utilizando método exploratório e descritivo com amostra não probabilística por acessibilidade foram entrevistados 206 estudantes, por meio de pesquisa de campo. Os resultados da pesquisa indicaram que os entrevistados concordam que empresas poluidoras devam pagar mais impostos; produtores devem adotar selos ambientais; deve haver fiscalização para evitar ações que degradem o meio ambiente; e, que investimentos em P&D são importantes para a sustentabilidade ambiental. Discordam ao afirmar que: a preservação ambiental é uma responsabilidade apenas dos que poluem; que o governo e as políticas ambientais são suficientes para preservar o meio ambiente; e que os investimentos em educação ambiental por parte do governo foram suficientes para a formação de consciência. Os entrevistados manifestaram consciência com relação ao meio ambiente e estão dispostos a mudar hábitos para preservar a biodiversidade. Contudo, ações efetivas em causas de responsabilidade socioambiental ainda são raras.

Palavras-Chave: Educação ambiental. Consciência ambiental. Estudantes universitários. Belém-Pa

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

No futuro próximo, caberá as gerações mais jovens a condução do processo de desenvolvimento e a utilização dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. Desta forma, a humanidade poderá assumir uma postura de utilização equilibrada e racional desses recursos, com foco no desenvolvimento sustentável ou manter os níveis de exploração verificados até o momento. Assim, este estudo foi concebido com o objetivo de identificar a compreensão dos estudantes universitários, da Região Metropolitana de Belém do Pará (RMB), com relação às questões de ordem ambiental.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, pois descreve características de uma população ou fenômeno, sem o compromisso de explicá-los. Quanto aos meios classifica-se como pesquisa de campo, baseando a investigação no local onde ocorre o fenômeno, na coleta de dados foi utilizado questionário de pesquisa elaborado em escala de Lickert com seis opções de respostas

variando da completa discordância (1) até a completa concordância (6).

Roesch (2005) esclarece que, o questionário é o instrumento mais utilizado em pesquisa quantitativa, principalmente em pesquisas com grandes amostras. O universo foi composto por estudantes universitários, que estudavam na região metropolitana de Belém. Integraram a amostra 206 questionários válidos, que foram aplicados entre vários cursos e período de estudos. A coleta de dados foi não probabilística por acessibilidade (LAKATOS; MARCONI, 2008), sendo operacionalizada no mês de abril de 2010.

Os dados resultantes do trabalho de campo foram tratados com abordagem quantitativa e qualitativa, os questionários depois de enumerados foram digitados em planilha eletrônica Excel® do pacote Microsoft Office 2007®, após a tabulação os resultados foram representados na forma de tabelas e a interpretação utilizou estatística descritiva, por meio de medidas de tendência central e distribuição de frequência, sendo considerados concordantes, os entrevistados cujas alternativas apresentaram médias superiores

a 3,5 e discordantes médias inferiores a 3,5, conforme Figura 1.

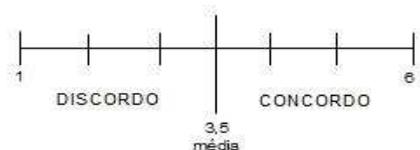


Figura 1 – interpretação da escala.

Resultados

Integraram a amostra de 206 entrevistados quatro universidades, localizadas na Região Metropolitana de Belém do Pará. O perfil do respondente se caracterizou pelo equilíbrio da amostra quanto ao sexo, com leve predominância do sexo feminino, com 51% das observações, com 74% na faixa etária entre 18 e 24 anos, solteiros em 83% dos casos, 52% trabalhavam por ocasião das entrevistas. Quanto aos cursos, houve a predominância de Administração com 33% dos entrevistados, e os demais foram distribuídos em 21 cursos de diversas áreas de formação.

Os resultados da pesquisa indicaram que os entrevistados concordam (Tabela 1) com a cobrança de impostos maiores de empresas poluidoras (5,66), reforçando a utilização de impostos ambientais, propostos inicialmente por Pingou (1932). Assim como, também são favoráveis a utilização de certificações ambientais (5,48) pelas empresas e organizações. Esses resultados reforçam que o respeito ao meio ambiente, constitui-se como uma fonte de vantagem competitiva, que deve intensificar-se no futuro.

A terceira maior média da pesquisa coube ao papel fiscalizador do estado e das organizações (5,35), os respondentes acreditam que a fiscalização pela preservação ambiental é um elemento legítimo e necessário para a preservação do meio ambiente. As respostas confirmam a compreensão que o desenvolvimento de novas tecnologias é importante para a preservação ambiental (5,35), atribuindo importância expressiva para investimentos em P&D tanto em empresas do setor privado, quanto público.

Apesar de acreditarem que as preocupações dos consumidores estão maiores com os preços e com a qualidade dos produtos (5,05), os entrevistados declaram que estão dispostos a mudar seus hábitos de consumo (4,79) para preservar o meio ambiente, da mesma forma, atribuem não só ao governo, mas a toda a sociedade a

responsabilidade de antecipar-se a medidas governamentais para preservar o planeta (5,01).

Quando perguntados a respeito aos incentivos fiscais (Q31), os universitários que participaram da pesquisa concordam que empresas devem ser estimuladas com incentivos fiscais, para conservar o meio ambiente (4,79) e, com isso, acreditam que uma parcela dos gastos com a preservação ambiental cabe a toda a sociedade, da mesma forma que acreditam que no futuro não haverá mercado para produtos que desrespeitem o meio ambiente (4,31), e que a sustentabilidade (Q22) representa uma estratégia de longevidade dos negócios (4,67) e das organizações.

A questão “as alterações no clima estão prejudicando a produção de alimentos, teremos menos alimentos no futuro” (Q29), evidencia a preocupação com a sustentabilidade e a segurança alimentar (4,05). Observa-se que os entrevistados demonstram preocupação com o próprio comportamento (Q21), ao afirmarem que guardam e descartam corretamente às embalagens dos produtos (4,00). Expressiva parte dos entrevistados acredita que os problemas ambientais na Amazônia (3,95) são a principal causa do aquecimento global.

Os resultados indicam que, de maneira geral, os participantes da pesquisa acreditam que os consumidores em geral (Q34) não demonstram preocupação com o meio ambiente (3,95) e que as (Q20) instituições de pesquisa e universidades contribuem para incentivar práticas de sustentabilidade e preservação ambiental (3,88).

Com respostas próximas da média, portanto, menos conclusivas, posicionaram-se as afirmativas: (Q18) tenho a preocupação de comprar produtos de empresas que não agredem o meio ambiente (3,76); (Q11) os produtos destinados a exportação são os que mais recebem pressão pela preservação ambiental (3,72); (Q34) a preservação do meio ambiente é uma preocupação de todos na sociedade (3,72); (Q9) a preocupação com o meio ambiente é uma realidade nas empresas e universidades (3,57); e, (Q25) as políticas ambientais não fazem parte dos componentes curriculares das instituições de ensino (3,43).

Ao avaliar as opiniões discordantes, médias menores que três e meio, os universitários entrevistados não acreditam que a sustentabilidade ambiental ocasione maiores custos para produtores e consumidores (3,41). Também discordam que os gastos com a conservação ambiental devam ser incorporados

aos preços dos produtos (3,32), indicando que os produtores devam responder pela preservação dos recursos naturais sob a fiscalização e incentivo do governo (Tabela 2).

Tabela 1 – Avaliações concordantes

Nº	Itens em avaliação	Média	Desvio Padrão
Q30	Empresas poluidoras devem pagar mais impostos	5,62	0,86
Q35	As empresas e produtores em geral devem adotar um selo de certificação ambiental	5,48	0,84
Q16	As empresas e empregados devem ser fiscalizados para não agredirem o meio ambiente	5,35	1,06
Q36	O desenvolvimento de novas tecnologias é importante para a sustentabilidade	5,35	1,01
Q14	A maior preocupação do comprador é com o preço que irá pagar e com a qualidade dos produtos	5,05	1,23
Q33	A sociedade deve se antecipar as medidas do governo para preservar o meio ambiente	5,01	1,23
Q37	Estou disposto a alterar meu padrão de consumo para preservar o meio ambiente	4,79	1,29
Q31	Devem existir incentivos fiscais para reduzir os custos com a preservação do meio ambiente	4,72	1,58
Q22	Sustentabilidade ambiental é uma estratégia para que os negócios das empresas tenham vida longa	4,67	1,52
Q23	No futuro somente haverá mercado para produtos que respeitem o meio ambiente	4,31	1,54
Q29	As alterações no clima estão prejudicando a produção de alimentos, teremos menos alimentos no futuro	4,05	1,69
Q21	Tenho a preocupação de guardar e descartar as embalagens de forma correta (coleta seletiva)	4,00	1,78
Q24	As queimadas e o desmatamento na Amazônia são os principais fatores do aquecimento global	3,95	1,67
Q13	Os consumidores não demonstram preocupação com a preservação do meio ambiente	3,95	1,47
Q20	As instituições de pesquisa e Universidades contribuem para promover práticas de preservação do meio ambiente	3,88	1,47
Q18	Tenho a preocupação de comprar produtos de empresas que não agredem o meio ambiente	3,76	1,58
Q11	Os produtos destinados a exportação são os que mais recebem pressão pela preservação ambiental.	3,72	1,58
Q34	A preservação do meio ambiente é uma preocupação de todos na sociedade	3,72	1,89
Q9	A preocupação com o meio ambiente é uma realidade nas empresas e universidades.	3,57	1,25
Q25	As políticas ambientais não fazem parte dos componentes curriculares das instituições de ensino.	3,43	1,46

Fonte: pesquisa de campo.

Os entrevistados não concordam que a política ambiental encareça os produtos (3,02). Mas reconhecem que desconhecem a legislação (2,74) e discordam que as ações do governo foram eficientes para: promover a educação ambiental (2,68) e garantir a sustentabilidade (2,48). Os respondentes observam, que a fiscalização exercida pelos órgãos governamentais falha ao tratar de questões ambientais (1,78) e que de maneira geral, os universitários não participam de ações de responsabilidade social (2,65). Além de concordarem com a afirmativa que a responsabilidade pela conservação do meio ambiente seja uma tarefa de todos não apenas dos que poluem (1,60).

Tabela 2 – Avaliações discordantes

Nº	Itens em avaliação	Média	Desvio Padrão
Q15	A sustentabilidade ambiental leva inevitavelmente a custos maiores para todos	3,41	1,60
Q12	Os custos para manter o meio ambiente devem ser incorporados aos preços dos produtos	3,32	1,92
Q28	As políticas ambientais não favorecem a atividade empresarial, pois encarecem os produtos	3,02	1,50
Q10	Observo que as empresas estão preocupadas com sustentabilidade do meio ambiente.	2,89	1,17
Q26	Conheço as políticas ambientais de forma clara.	2,74	1,31
Q32	O governo federal, estadual e municipal tem investido em educação ambiental em nossa região	2,68	1,29
Q19	Participo de ações de responsabilidade social em nossa região	2,65	1,58
Q27	As políticas ambientais são suficientes para garantir a sustentabilidade do meio ambiente	2,48	1,46
Q17	As ações de fiscalização do governo tem sido suficientes para preservar o meio ambiente	1,78	1,04
Q38	A preservação do meio ambiente deve ser de responsabilidade apenas dos que poluem o meio ambiente	1,60	1,21

Fonte: pesquisa de campo.

Compreender as opiniões dos estudantes universitários, como atores do futuro próximo na gestão de empresas e da atuação em órgãos públicos, nos quais decidirão por questões ambientais é um indicativo do futuro do planeta. Caso esses jovens não assumam o compromisso com a sustentabilidade e sejam agentes de promoção da consciência ambiental, o meio ambiente não resistirá a esse processo contínuo de degradação, extinguindo-se, então, a vida.

Discussão

O comportamento da humanidade com relação ao meio ambiente aceito com o normal no início do século XX evidenciou-se insustentável e sem uma real alteração no estilo de vida e no modo de pensar da sociedade moderna. Associada a uma reformulação nos sistemas políticos, econômicos e sociais, o mundo continuará a alimentar-se de sua própria degradação, afinal, a vida depende da vida (LUZZI, 2005).

A preocupação com a preservação ambiental e com a recuperação de áreas degradadas, assumiu a pauta central nas discussões da maioria dos países do planeta, principalmente no final do século passado e no início deste século. A crise social e ambiental vem aumentando consideravelmente à necessidade de programas sustentáveis, pautados na educação e voltados para a sustentabilidade socioambiental.

No entanto, em muitos casos ainda observam-se velhos hábitos, existe muita falta de informação.

Felizmente, a sociedade aos poucos desperta para o problema, busca compreendê-lo, surgem novas discussões a fim de promover atividades mais limpas e sustentáveis. Práticas sociais e econômicas também tomam novos caminhos, governos e empresas promovem programas de combate e proteção ao meio ambiente. Assim como, escolas e ONGs buscam promover consciência social para causas ambientais. Contudo, resta saber se os estoques existentes no meio ambiente serão suficientes para aguardar a conclusão desse processo.

A formação de cidadãos democráticos e preparados para participar ativamente dos processos socioeconômicos, políticos e culturais, depende de uma educação voltada para a cidadania responsável, dotada de novas estratégias para o fortalecimento da consciência crítica, e assim, formar cidadãos ativos, capazes de se organizar em uma sociedade sustentável, necessária para garantir a perpetuação das espécies e para a sua própria sobrevivência. Afinal, o homem é o único ser capaz de romper o equilíbrio dinâmico produzido pela natureza, e garantir condições para que esta se mantenha, se renove, ou se destrua (MILARÉ, 2001).

Entender melhor o problema da educação pode contribuir para a solução ou redução dos problemas ambientais, programas educacionais fundamentados nesse conhecimento aumentarão as possibilidades de sucesso e poderão servir como exemplo para a sociedade e para as empresas. Relações mais sustentáveis melhoram a qualidade de vida, a saúde e a interação social e empresarial com a natureza. Notadamente o Estado precisa cumprir sua obrigação, exigindo o cumprimento da legislação e estabelecendo políticas ambientais além da fiscalização constante. Uma ferramenta essencial que não pode ser deixada de lado à educação.

A preservação ou a destruição da natureza dependerá apenas dos esforços da sociedade, da consciência e das atitudes. De nada servem leis, regulamentos, normas, se não houve pessoas empenhadas em cumpri-las. A educação forma essa sociedade e a torna capaz de mudar esse quadro insustentável no mundo.

A Política Nacional do Meio Ambiente busca proteger a vida em todas as suas formas, significando que não apenas os seres humanos devem ser protegidos, afinal não são os únicos seres possuidores de vida. Portanto, todo ser que possuir vida, seja na forma animal ou vegetal, ou mesmo que não seja vivo, mas que seja essencial à boa qualidade de vida do ser humano, deverá

ser protegido e regido pelo direito ambiental como determina o art. 225 da Constituição Federal (FIORILLO, [s.d.], apud FIORILLO, 2006).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu oficialmente pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, que estabeleceu diretrizes de sustentabilidade para o mercado mundial e definiu o desenvolvimento sustentável como habilidade das sociedades para satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem as suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 2001).

Ao longo das últimas décadas o conceito se desenvolveu, e alguns acontecimentos históricos possibilitaram um maior debate sobre o tema que passou a ser evidenciado. Segundo Feff (2001), o conceito de sustentabilidade surge do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção. O Quadro 1 apresenta pontos marcantes que possibilitaram promover o Desenvolvimento Sustentável com impacto em diversos países:

Quadro 1 – Evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

1968	Criação do Clube de Roma, reunindo pessoas em cargos de relativa importância em seus respectivos países e visa promover um crescimento econômico estável e sustentável da humanidade.
1972	O Clube de Roma publicou o relatório "Os limites do crescimento", elaborado por uma equipe de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology. Este relatório apresenta os resultados da simulação em computador, da evolução da população humana com base na exploração dos recursos naturais, com projeções para 2100.
1980	A União Internacional para a Conservação da Natureza publicou um relatório intitulado "A Estratégia Global para a conservação", onde surge pela primeira vez um conceito de "Desenvolvimento Sustentável".
1987	Relatório Brundtland, Our Common Future, preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi pela primeira vez formalizado o conceito de desenvolvimento sustentável.
1992	De 3 a 14 de junho realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, que originou a Agenda 21, e são aprovadas a Convenção sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio) e a Declaração de Princípios sobre Florestas.
1993	V. Programa Ação Ambiente da União Europeia: Rumo a um desenvolvimento sustentável. Apresentação da nova estratégia da UE em matéria de ambiente e as ações a serem tomadas para alcançar um desenvolvimento sustentável para o período 1992-2000.
1994	Em 27 de maio realiza-se a primeira Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis em Aalborg (Dinamarca), de onde surgiu a Carta de Aalborg.
1996	Em 08 de Outubro Segunda Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis: Plano de Ação de Lisboa: da Carta à ação.
1997	3ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Quioto, onde se estabelece o Protocolo de Quioto.
2000	Em 08 de setembro, após três dias da Cimeira do Milênio de líderes mundiais na sede das Nações Unidas, a Assembleia Geral aprovou a Declaração do Milênio. Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis.
2002	De 26 a 04 de setembro acontece a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Joanesburgo.
2004	A sétima reunião ministerial da Conferência sobre Diversidade Biológica foi celebrada com a Declaração Kuala Lumpur. Conferência Aalborg +10 - Inspiração para o futuro.
2006	Em 11 de Janeiro acontece a comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre a Estratégia temática sobre o ambiente urbano.
2007	Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis. Cimeira de Bali, com o intuito de criar um sucessor do Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas e mais exigentes referentes às alterações climáticas.
2009	Declaração de Gaia, que implanta o Condomínio da Terra no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra.

Fonte: Adaptado de Philippi Jr e Pelicioni (2005).

Conclusão

O estudo constatou que os estudantes universitários, possuem bons níveis de consciência ambiental e de sustentabilidade. Entretanto, ainda não ocorrem ações efetivas de engajamento que se traduzam em atitudes. Merece destaque que os entrevistados manifestam disposição para mudança no comportamento de compra, fato que confirma a necessidade de novas estratégias empresariais e de comunicação de marketing.

Outro fator relevante é o desconhecimento das políticas ambientais e a baixa informação nos currículos acadêmicos. A atuação governamental não apresenta a repercussão esperada para os entrevistados, evidenciando um discurso ainda pouco efetivo, apesar dos resultados positivos principalmente na redução do desmatamento na Amazônia.

Dessa forma, é necessário que a educação ambiental receba maiores incentivos por parte do governo, das universidades, empresas e organizações não governamentais, a fim de contribuir efetivamente para um comportamento cidadão responsável, fortalecendo a consciência crítica, para uma ação social comprometida com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Referências

-FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

-LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2008.

-LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

-LUZZI, D. **Educação Ambiental**: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental. Barueri: Manole, 2005.

-MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

-PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental**. In:

PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.

-PIGOU, A.C. **The economics of welfare**. New York: MacMillan Publisher, 1932.

-**RELATÓRIO BRUNDTLAND**. Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.